

Finanças Públicas Municipais na República Velha: O Caso de Ribeirão Preto

Julio Manuel Pires

Professor do Departamento de Economia da FEA/USP,
campus de Ribeirão Preto

RESUMO

Este artigo procura analisar a estrutura tributária municipal de uma das cidades brasileiras mais importantes durante a República Velha, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Buscou-se descrever e relacionar a estrutura de receitas e despesas municipais, nos anos circundantes ao início do século XX, com o rápido crescimento econômico que caracteriza esta região cafeeira nesse período.

PALAVRAS-CHAVE

história econômica, finanças públicas, impostos municipais, café, orçamento público

ABSTRACT

This article analyses the municipal tribute structure of a more important brazilian city in the Old Republic, Ribeirão Preto, in the State of São Paulo. It intends to describe and to be connect the municipal structure of taxes and expenditure, in the years near to the begin of the twentieth century, with the fast economic growth characteristic of this region in this period.

KEY WORDS

economic history, public finances, municipal taxes, coffee, public budget

INTRODUÇÃO

Os anos circundantes ao início do século XX assistiram Ribeirão Preto transformar-se de região economicamente insignificante no cenário estadual e nacional em um dos pólos econômicos mais importantes do País.

Em 1874, ano em que foi instalado o município de Ribeirão Preto,¹ quando foram eleitos os primeiros vereadores e Juizes de Paz, a população estimada era de cerca de 5500 pessoas, entre brasileiros, escravos e estrangeiros.² O orçamento municipal para o exercício financeiro de 1874/75³ era de 1.054\$000 mil réis (Cf. CIONE, 1990, v. I, p. 114), correspondentes a 0,0010% do orçamento do Governo Central para o mesmo período. Tal orçamento diminuto mostrava-se compatível com uma cidade que contava “no ano de 1874 com 4 ruas, 6 travessas e 2 largos.” (CIONE, 1990, v. I, p. 92) Apenas a título ilustrativo do desenvolvimento ocorrido posteriormente, podemos assinalar que 37 anos depois, em 1911, o orçamento municipal de Ribeirão Preto já representava 0,09% do orçamento federal e 0,48% do orçamento do total dos municípios.⁴

O café, em sua marcha para o interior do Estado de São Paulo, ainda não havia alcançado as terras roxas do “Oeste Novo”. Já plenamente instalado na região de Campinas, onde em 1886 atingiu sua produção máxima, 1.500.000 arrobas, o café ainda demoraria mais alguns anos para atingir Ribeirão Preto, o que aconteceu apenas durante o Segundo Rush Cafeeiro. (Cf. MILLIET, 1982, p. 48)

Nas décadas de 1870 e 1880, com a decadência do café no Vale do Paraíba e faixa litorânea, houve um aumento do fluxo de população para a região e para o recém-instalado município de Ribeirão Preto, de solo e clima extremamente propícios ao cultivo dessa rubiácea. É a partir daí que surgem as primeiras fazendas de café, acompanhadas posteriormente pela estrada de ferro, que chega a Ribeirão Preto em 1883.

1. “Pela Lei nº 67, de 12 de abril de 1871, foi Ribeirão Preto elevado à categoria de Município, continuando, entretanto, sujeito à Vila de São Simão até 1874.” (CIONE, 1990, v. I, p. 97)

2. Segundo Manuel Eufrásio de Azevedo Marques em seus *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, edição de 1879 (p. 134), citado em CIONE (1990, v. I, p. 96): “A sua população (de Ribeirão Preto) pelo recenseamento de 1873 era de 5.552 habitantes, sendo 857 escravos; a parochia dá 14 eleitores.”

3. Entre 1828 e 1887 o exercício financeiro era contado de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte. Cf. IBGE (1990, p. 617).

4. Dados primários obtidos junto ao Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto e cotejados com IBGE (1990, p. 616 e 627).

Há uma relação muito estreita entre o desempenho da economia cafeeira, o crescimento populacional e a expansão das ferrovias no Estado de São Paulo. Houve uma forte demanda provinda da economia cafeeira para que o transporte ferroviário a acompanhasse em sua investida para o interior. As estradas “cata-café” iam se ampliando de acordo com os interesses das fazendas de café de uma região. O café trouxe as primeiras ferrovias que, por sua vez, por facilitarem o transporte, estimularam as plantações e incentivaram os fazendeiros a levarem bem longe seus empreendimentos. (Cf. MATOS, 1981, p. 107) A redução no custo de produção, quando a ferrovia vem substituir os muares no transporte do café do interior para o litoral, significou um poderoso estímulo para a produção cafeeira.

O fato das regiões serem conhecidas pelos nomes das ferrovias que as servem mostra a importância das estradas de ferro para a fixação do povoamento e o desenvolvimento de tais regiões.

No caso de Ribeirão Preto, tal observação revela-se extremamente adequada. É com a chegada da ferrovia que o povoamento e a ocupação econômica da região vão se fazer sentir de forma mais acelerada. A chegada da ferrovia à cidade em 1883 determina um ponto de inflexão fundamental diante do ritmo de crescimento experimentado pelo município e região circunvizinha até então. A conjunção de terras férteis, afluxo de capitais e cafeicultores fluminenses e condições propícias para escoamento da produção vão marcar um novo estágio no desenvolvimento da região, permitindo que a economia cafeeira se desenvolva rapidamente nas décadas seguintes, vindo Ribeirão Preto a se tornar um dos pólos mais dinâmicos da economia nacional.

A população de Ribeirão Preto, segundo dados censitários, atingiu 12.035 habitantes em 1890, saltando para 59.105 em 1900, chegando a 68.838 em 1920.⁵ Tais dados não consideram as populações dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos, tornados independentes de Ribeirão Preto em 1896 e 1897, respectivamente. A incorporação dos habitantes destas duas cidades em 1900 e 1920 ampliariam o contingente populacional para 100.095 e 125.911, respectivamente, apontando para um crescimento médio da população entre 1890 e 1920 de 8,14% ao ano.

5. Pedro Miranda dá-nos conta de um recenseamento realizado em 1887 que contabilizou 10.420 pessoas no Termo de Ribeirão Preto, sendo 1.379 escravos. (Cf. MIRANDA, 1971, p. 16) Como sabido, não houve Censo Nacional em 1930, o dado mais próximo a esse ano de que dispomos sobre o evoluir da população é o de MILLIET (1982, p. 53), que registra 81.565 habitantes para Ribeirão Preto em 1935.

O desenvolvimento hegemônico da economia cafeeira não nos deve levar a pensar, todavia, numa economia extremamente especializada, na qual não sobravam espaços a outras atividades econômicas importantes. A produção para a subsistência, notadamente a criação de gado, atividade anterior e posterior à economia cafeeira, continuará tendo importância, principalmente na região de Barretos e Franca.

Além disso, dentro das próprias fazendas de café desenvolveu-se todo um conjunto de atividades artesanais relacionadas ao uso cotidiano nas atividades agrícolas: implementos agrícolas, mobiliários, arreios e artigos de couro em geral, além de alguns tecidos de algodão.

“As atividades produtivas concentravam-se no campo, mesmo a manufatura artesanal, deixando à cidade, funções limitadas à sede da autoridade, da Igreja e das atividades comerciais de intermediação. Nessas condições a cidade sobrevivia com a parte dos excedentes produzidos pelo Setor de Mercado Externo que conseguia apropriar. Os mecanismos dessa apropriação, como aponta Paul Singer, eram a renda da terra, a intermediação e a coleta de impostos. Essas funções e mecanismos conformaram o uso do solo urbano como residências urbanas de fazendeiros, funcionários governamentais, empregados do comércio e serviços de intermediação tais como agentes de importação e exportação, tabeliães, agentes financeiros e mais tarde, ferroviários. Além desses usos residenciais prevaleceram os usos terciaristas do comércio e serviços ligados à intermediação, os depósitos, ferrovias e pátios ferroviários, a propriedade clerical, etc.”(SEMEGHINI, 1992, p. 2)

Assim, conquanto o dinamismo econômico estivesse localizado nas atividades primárias - mormente na produção cafeeira -, tais atividades vão demandar um conjunto de serviços urbanos e públicos indispensáveis à viabilização da produção primária. Para atender a esta demanda, a administração municipal irá constituir uma estrutura administrativa e de oferta de serviços paulatinamente mais complexa.⁶ Nos anos finais do século passado instalam-se os serviços de luz elétrica, água, telefones⁷ e esgotos (1900).(Cf. MIRANDA, 1971, p. 57-8)

6. O crescimento da produção e da arrecadação de impostos estaduais e federais na região fará com que se instalem em Ribeirão Preto, em 1892, a Coletoria Estadual e a 1ª Coletoria Federal, seguindo-se a 2ª Coletoria Federal em 1922.(Cf. MIRANDA, 1971, p. 51)

7. O serviço de telefonia foi instalado inicialmente por uma empresa privada e depois encampado pela administração municipal.(Cf. MIRANDA, 1971, p. 58)

Como podemos observar, trata-se de uma economia e sociedade bem distinta daquela vislumbrada há cerca de meio século. Buscar entender como se deu a intervenção do setor público nesse processo de transformação constitui um de nossos principais intentos.

O objetivo fundamental deste trabalho é analisar, em termos gerais, as principais características e o montante de recursos envolvidos no evoluer das finanças públicas de Ribeirão Preto nas duas décadas circundantes ao início do século, período para o qual dispomos de dados mais pormenorizados.

Trata-se também de examinar, a título de exemplo, a evolução das receitas e despesas públicas municipais em alguns anos, destacando suas rubricas mais importantes e procurando relacioná-las com o desenvolvimento econômico verificado na cidade e na região.

1. ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E ESTRUTURA ECONÔMICA

Segundo observações pertinentes de Nozoe, a maior importância dos impostos sobre o comércio exterior relacionam-se diretamente com a “*natureza típica das economias voltadas para fora.*” (NOZOE, 1984, p. 11) Se é assim, espera-se que o desenvolvimento econômico, à medida que implique uma importância maior das atividades voltadas para o mercado interno, conduza a modificações na estrutura tributária em direção semelhante à observada para o processo econômico. No caso dos municípios, como a possibilidade de utilizar impostos relacionados ao comércio exterior estava vetada, torna-se de particular interesse observar o evoluer da estrutura tributária paralelamente ao desenvolvimento das atividades urbanas. À maior complexidade assumida pela vida urbana e à maior diferenciação de atividades que a caracterizam devemos esperar uma diversificação maior das fontes de receitas e uma participação mais significativa na arrecadação de impostos daqueles setores cujo dinamismo se apresente maior.

Todavia, além da expansão das atividades econômicas urbanas, uma outra variável irá interferir no sentido de privilegiar a tributação sobre o comércio, serviços e a incipiente atividade industrial. Trata-se do predomínio político dos grandes cafeicultores, os quais irão resistir à imposição de cobranças sistemáticas sobre sua produção.

Um exemplo que expressa eloqüentemente as assertivas supracitadas refere-se à cobrança do imposto sobre o café exportado. Ao longo da segunda metade da década de 80 do século passado várias vezes a questão deste imposto foi levantada nos debates na Câmara Municipal com o intuito de encaminhá-lo à efetiva cobrança, o que, por certo, não estava a ocorrer. O que não fica evidente na citação seguinte é a absoluta falta de pagamento de tal imposto ou sua paga parcial. De qualquer forma, fica muito clara a incapacidade da municipalidade, ao menos durante esse período, em fazer cumprir o dispositivo legal que obrigava os cafeicultores a recolherem aos cofres municipais 10 réis por arroba exportada.⁸ Certamente, as peculiaridades estruturais conformadoras do poder político local durante a quadra em foco fez com que os interesses dos cafeicultores, instalados solidamente no aparato público municipal, fossem capazes de influir decisivamente em tal inoperância. A insuficiência crônica de recursos com que se deparava o governo municipal nesse momento não foi suficiente para que os administradores municipais lograssem transpor os limites colocados por seus interesses pessoais e de grupo.

Desta maneira, temos uma primeira manifestação na Câmara, em agosto de 1885, encaminhada pelo vereador Antonio Bernardino Vellozo com a intenção de tentar tornar efetiva a cobrança do imposto sobre a exportação de café.

“Indico que se officie ao Presidente da Companhia Mogyana solicitando ordens aos chefes das estações de Cravinhos e d’esta Villa no sentido de prestarem ao Procurador da Camara uma relação do café exportado d’este Municipio, com o nome dos exportadores, pela estrada de ferro, desde Junho de 1884 até agora, para por ellas se cobrar o imposto municipal de 10\$000 rs por 15 Kilos e para autorizar os referidos chefes das estações a fornecerem d’ora em diante um nota do café exportado mensalmente. Posto em discussão foi unanimemente approved.”⁹

Tratou-se, por certo, de deliberação sem qualquer efeito prático, uma vez que três meses depois o mesmo vereador apresentou outra indicação cujo teor essencial era idêntico.

8 . Entendendo-se aqui “exportação” como a saída do produto do município, seja para atender ao mercado interno, seja para venda ao exterior.

9. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas: 10-3-1881 a 06-4-1886*, p. 128. *Apud* CAMARGO (1974, p. 62).

“Indico que a Camara nomeie uma commissão para faser a lotação do café colhido por cada exportador nos dous ultimos anos para poder-se cobrar o imposto de 10\$000 rs por cada 15 kilos e dar-lhe a applicação determinada pelas posturas.”¹⁰

Na mesma sessão, o Presidente da Câmara Municipal nomeou a comissão solicitada, a qual tinha entre seus membros, além do autor da propositura, o denominado “Rei do Café”, Henrique Santos Dumont.

A justificativa principal para o fato da cobrança não estar sendo realizada parecia ser a dificuldade em estabelecer alguma fórmula/método para a estimativa do café exportado e do imposto a ser pago. Tal consideração parece ter embasado a propositura do vereador Joaquim Estanislau da Silva Gusmão em 28 de setembro de 1886:

“Indicação - indico que esta Camara encarregue ao cidadão Presidente e Antonio Bernardino Vellozo para apresentarem na primeira sessão um calculo aproximado das colheitas de café de forma a facilitar a cobrança do respectivo imposto - Dr. Gusmão - Posta a votos foi approvada sendo substituido o senhor Presidente pelo Dr. Gusmão.”¹¹

Entretanto, as evidências posteriores permitem-nos afirmar que ainda assim não foi resolvido o problema. Em ofício lido e discutido no plenário da Câmara Municipal em 7 de abril de 1888, o Procurador da Câmara alerta os edis sobre o fato ainda pendente, requerendo que haja a intervenção desta casa legislativa para que lhe sejam providenciados as informações indispensáveis à cobrança do imposto sobre o café exportado.

“No mesmo officio em sua ultima parte pedia a esta Camara que solicitasse das Directorias das Estradas de Ferro Mogyana e Fluvial Paulista a fim d’aquellas ordenarem aos chefes das respectivas estações deste Município deem as informações, desde 1884 até o corrente anno, sobre o despacho do caffè exportado por este Município a fim de providenciar sobre a cobrança do respectivo imposto. Á Commissão de justiça para diser sobre o officio.”¹²

10. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas: 10-3-1881 a 06-4-1886*, p. 133. *Apud CAMARGO (1974, p. 62).*

11. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas: 8-9-1886 a 27-10-1896*, p. 1. *Apud CAMARGO (1974, p. 62).*

12. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas: 8-9-1886 a 27-10-1896*, p. 50. *Apud CAMARGO (1974, p. 64).*

Apenas nos anos iniciais da década seguinte iremos encontrar uma indicação mais consistente a respeito da cobrança deste imposto. Com efeito, no Balanço Geral do Município de Ribeirão Preto referente ao ano de 1892 iremos encontrar uma rubrica "Multa de café", que parece conotar a existência de um imposto sobre este produto não pago em ano(s) recente(s).

É imperioso mencionar que tais protelações ocorrem exatamente num período de alta praticamente contínua do preço do café no mercado internacional e de ganhos significativos em termos dos preços internos, mesmo considerando a valorização cambial ocorrida nesse interregno, conforme mostram os dados de Delfim Netto, apresentados na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1 - PREÇO DE IMPORTAÇÃO DO CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS
Número-índice: 1885 = 100

Anos	Preço externo	Preço interno
1885	100	100
1886	141	111
1887	184	176
1888	171	120
1889	210	124
1890	237	149

Fonte: DELFIM NETTO (1981, p. 24).

Segundo o indicador em causa, os preços recebidos pelos exportadores de café em moeda nacional, entre 1885 e 1890, sofreram um acréscimo de 49%, variando bastante nessa meia década considerada muito mais em função da taxa de câmbio do que dos preços externos, os quais ascenderam em quase todos os anos. Em 1887, a convergência entre o aumento dos preços internacionais e a desvalorização da taxa cambial permitiu o acúmulo de ganho nos dois anos anteriores de 76% no preço pago ao exportador. Conquanto os preços internos tenham regredido nos anos seguintes, ainda assim mantiveram-se em patamar superior aos de 1885 e 1886.

Foge ao escopo deste trabalho elucidar todos os aspectos relacionados às forças políticas e de grupos de *lobbies* a atuarem sobre o governo municipal que determinariam um certo arrefecimento da cobrança tributária em relação a estes setores. Todavia, cabe assinalar esta possibilidade.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo apresentando uma contribuição direta relativamente modesta ao total da arrecadação tributária, a economia cafeeira, à medida que se constitui o fator dinâmico básico de toda a economia,

finda por, indiretamente, constituir-se o determinante principal do desempenho das atividades urbanas e, desse modo, da tributação como um todo. Assim, cabem algumas observações adicionais, conquanto resumidas, sobre a economia cafeeira nos anos circundantes ao início do século.

2. O DESEMPENHO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Conjuntamente à expansão da produção brasileira como um todo, e como um de seus determinantes principais, aumenta a participação do Estado de São Paulo na produção total. A proporção do café produzido em terras paulistas no total do café colhido em todo o País ascendeu de 16% em 1870 para 20% em 1880 e 40% em 1888. No decênio compreendido entre os anos de 1886 e 1896 o número de cafezais plantados superou a marca de 300 milhões. “*Em 1895, São Paulo produziu 4 milhões e 363 mil sacas de café, superando a produção dos Estados de Minas Gerais e do Rio que, somadas, era de 2 milhões e 767 mil sacas.*” (FURTADO, 1988, p. 107)

Neste movimento de ampliação da produção cafeeira no Estado de São Paulo deve ser destacado o papel primordial da expansão ocorrida no denominado “Oeste Novo”,¹³ correspondente principalmente a Ribeirão Preto e região.

O aumento dos preços internacionais neste terceiro ciclo - último sem a intervenção governamental - pôde se manter até 1894, devido à continuidade do crescimento da economia americana a despeito da recessão européia ocorrida a partir do início da década de 90. (Cf. DELFIM NETTO, 1981, p. 25-6)

Todavia, a fase depressiva do ciclo iria se fazer agora de forma diferente da verificada nos períodos anteriores. A enorme desvalorização do câmbio ocorrida ao longo da década de 90 - relacionada, fundamentalmente, ao desequilíbrio das finanças públicas e a política implementada no início do período republicano, conhecida como Encilhamento -, gerou uma situação de “não ajustamento” da produção à crise que contrariou completamente o observado nos momentos anteriores. Delfim Netto resume bem tal problema:

13. Em contraposição ao chamado “Oeste Velho”, que englobava a região de Campinas.

“(...) como o câmbio, devido principalmente à inflação, caía mais depressa do que os preços externos do café, o sistema de preços não poderia regular a produção e era claro, portanto, que mais cedo ou mais tarde deveria se desenvolver algum mecanismo compensador. Para se compreender o fenómeno, lembramos que, desde 1890, os preços do café já manifestavam tendência para a baixa, tendência que não se concretizou a não ser a partir de 1894, com a crise norte-americana. (...) A coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços.”(DELFIM NETTO, 1981, p. 29-30)

Portanto, a rápida depreciação da taxa cambial em nível superior à queda do preço do café no mercado internacional foi o principal responsável pelo desajustamento verificado no mercado cafeeiro.

O declínio do preço do café em moeda nacional vai se fazer mais intenso a partir do início do século, quando regressa a níveis semelhantes aos de fins do período imperial, fato mais grave se temos em conta a enorme desvalorização do mil-réis nesse período.

Outro fator a colaborar para o crescimento da produção de café num contexto de queda do preço internacional era a inexistência de alternativas igualmente rentáveis para os grandes agricultores, assim, tornou-se *“inevitável que a oferta de café tendesse a crescer, não em função do crescimento da procura, mas sim da disponibilidade de mão-de-obra e terras subocupadas, e da vantagem relativa que apresentasse esse artigo de exportação.”*(FURTADO, 1986, p. 178)

Um outro condicionante a somar-se aos estímulos positivos à produção acima listados foi apontado por Armando Salles de Oliveira. Segundo ele, os incentivos à produção cafeeira paulista, proporcionados pelo crédito abundante que caracterizou os primeiros anos republicanos, foram um dos principais responsáveis pelo excesso de oferta com que se debateram os cafeicultores nos anos finais do século passado e primeiras décadas deste.

“A expansão do meio circulante, conseqüente à política monetária de Ouro Preto e levada ao extremo pelo primeiro governo republicano, estimulou no Rio de Janeiro um aumento artificial de negócios em que tudo, ou quase tudo, afinal se perdeu. Em São Paulo, ao contrário, a inflação imprimia à cultura cafeeira o impulso

extraordinário de que nasceu mais tarde, a par de uma grande riqueza permanente, a superprodução com que temos lutado e estamos lutando.”¹⁴

Nos anos iniciais do século foi tomando corpo a idéia da necessidade de algum tipo de intervenção governamental no mercado cafeeiro, devido à enorme disparidade entre oferta e demanda e ao acúmulo dos estoques mundiais de café. A possibilidade de que esta intervenção se fizesse por meio da promoção de uma desvalorização cambial estava descartada não só pelas óbvias resistências daqueles grupos atingidos pela queda do câmbio, mas também pela percepção de que o ponto de partida do enorme descompasso entre a produção e a procura internacional tinha sido justamente a desvalorização da moeda nacional.¹⁵ Segundo Delfim Netto, os estoques mundiais de café cresceram-se de cerca de 6 milhões de sacas entre o período de 1895/1900 a 1902. (Cf. DELFIM NETTO, 1981, p. 43) Tal intervenção inicia-se neste último ano sob a forma de uma proibição, pelo prazo de cinco anos do plantio de novos cafezais em São Paulo.

Às vésperas da assinatura do Convênio de Taubaté a situação da cafeicultura mostrava-se crítica.

“Em 1905, o café atingia, em moeda nacional, os preços que haviam vigorado nos anos imediatamente anteriores ao “encilhamento”, ou seja, as cotações atingidas na grande depressão de 1881/85, quando fracassou uma tentativa de ‘corner’ levada a efeito por especuladores nacionais. Naquela época, tais preços já haviam colocado em razoável dificuldade a lavoura cafeeira. Agora, depois da violenta inflação, eles provavelmente não cobriam ao menos o custeio. Isto significava que, em dois ou três anos, o equilíbrio estatístico estaria restabelecido, pois os cafeicultores não poderiam dispensar nem mesmo os cuidados normais ao cafeeiro e, em dois ou três anos, a produção sofreria um colapso.” (DELFIM NETTO, 1981, p. 50-1)

14. OLIVEIRA, Armando de Salles. *Discursos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936, p. 35. *Apud* MILLIET (1982, p. 26).

15. Segundo observações pertinentes de Furtado: *“exatamente nessa etapa em que se fazia impraticável apelar para o mecanismo cambial, a fim de defender a rentabilidade do setor cafeeiro, configura-se o problema da superprodução. Os estoques de café, que se avolumam ano a ano, pesam sobre os preços, provocando uma perda permanente de renda para os produtores e para o país. A idéia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo no espírito dos dirigentes dos Estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana.”* (FURTADO, 1986, p. 178-9)

Tal seria o provável curso dos acontecimentos caso os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro não tivessem acordado um esquema de financiamento para as compras governamentais de café, visando impedir que os excedentes de oferta pressionassem descendentemente os preços do café no mercado internacional.

A posição quase monopolista do Brasil no mercado internacional, no qual dominava cerca de 3/4 da produção (Cf. FURTADO, 1986, p. 178), a cobrança de impostos a que se encontrava sujeito o café nos países importadores, juntamente com a rigidez de preços, condicionada pelo sistema de distribuição e o comportamento dos operadores no mercado (Cf. DELFIM NETTO, 1981, p. 52-62) conduziram à opção por uma política intervencionista no sentido de fazer contrair artificialmente a oferta do café no mercado internacional.

“Em agosto de 1906, tiveram início as compras de café no intuito de regular a posição do mercado. Até o começo de 1908, quando encetaram-se suas vendas, haviam sido retiradas do mercado 8.474.623 sacas, armazenadas nas praças de Havre, Hamburgo, Nova Iorque, Bremen, Londres, Antuérpia e outras cidades da Europa e dos Estados Unidos, mediante contrato de consignação com o Estado.

Para executar o projeto, foram contraídos dois empréstimos em 1906: em agosto, um empréstimo de 1 milhão de libras esterlinas, representadas por letras do Tesouro a favor do Desconto Gesellschaft, de Berlim, vencíveis no prazo de um ano; em dezembro, consubstanciou-se novo empréstimo de 3 milhões de libras esterlinas por intermédio de J. Henry Schröder & Comp., de Londres, e do City Bank of New York, pelo prazo de cinco anos, garantidos pela taxa especial de três francos-ouro por saca de café exportada e produzida no Estado.”(NOZOE, 1984, p. 22)

A política cafeeira implementada a partir do Convênio de Taubaté conseguiu se consolidar, à revelia dos problemas iniciais de financiamento e do “abandono” de Minas Gerais e Rio de Janeiro, permitindo que os preços do café se elevassem de forma praticamente contínua tanto em libras esterlinas quanto em mil-réis - a partir de 1909 até 1912, quando inicia novo refluxo.¹⁶ Colaborou também

16. Como avaliação mais ampla dos principais resultados do Convênio podemos observar que “o preço em moeda nacional, que havia caído, em resposta aos grandes aumentos de produção, aos níveis de mais ou menos 30\$000 a saca, estava se recuperando quando ocorreu a grande safra de 1906/07, voltou àquele nível e aí permaneceu até praticamente 1909. Os preços somente melhoraram a partir de 1910, mas em 1912 já haviam praticamente dobrado. (...) a elevação dos preços foi tão violenta quanto efêmera. Em 1914, o preço da saca, em mil réis, voltava ao nível de 1904.”(DELFIM NETTO, 1981, p. 84).

para o sucesso da política o fato de que a situação do mercado mundial a partir de 1908 mostrava-se favorável aos ofertantes, uma vez que à demanda mundial de cerca de 19 milhões de sacas de café contrapunha-se uma oferta estimada de 15 a 16 milhões, o que permitia ao governo do Estado de São Paulo colocar de forma relativamente tranqüila os seus estoques reguladores. (Cf. DELFIM NETTO, 1981, p. 75) Tal sistema permitiu que o empréstimo externo tomado para fazer frente a esta primeira operação de valorização fosse completamente liquidado em 1914.

Esclarecidos estes pontos iniciais, cabe prosseguir na argumentação, tentando mostrar em que medida o desenvolvimento econômico experimentado pela Vila, depois cidade de Ribeirão Preto no final do século passado e início deste século, condicionou as principais características do sistema de cobrança de impostos e quais as motivações básicas relacionadas à conformação da carga tributária municipal.

3. AS DÉCADAS DE 70 E 80

Para obter uma avaliação geral da evolução das receitas e despesas públicas municipais de Ribeirão Preto, desde a sua fundação até meados da década de 10, fizemos uso de vários documentos.

Em relação ao primeiro orçamento, correspondente ao ano fiscal de 1874/75,¹⁷ temos como referência a informação fornecida por Cione (1990). O primeiro orçamento municipal de Ribeirão Preto correspondia a R\$ 1:054\$000. Considerando-se que os vencimentos anuais do Secretário da Câmara eram de R\$ 200\$000, do fiscal: R\$ 200\$000, do porteiro: R\$ 70\$000 e mais R\$ 80\$000 e que 7% das rendas arrecadadas deveriam se destinar ao procurador, temos aí mais da metade da renda do governo municipal comprometida com o pagamento destes quatro funcionários.¹⁸

17. Até 1828, houve a coincidência entre o exercício financeiro e o calendário anual. Nesse ano, mediante o Decreto de 8 de outubro, o orçamento anual passou a corresponder ao período de 1º de julho a 30 de junho. Em 1888 retomou-se a identidade entre o exercício financeiro e o ano civil. Dessa forma, o orçamento e o balanço fiscal do ano de 1828 contabiliza apenas o 1º semestre desse ano e o exercício 1886/87 corresponde a três semestres: cobre o 2º semestre de 1886 e o ano inteiro de 1887. No caso de Ribeirão Preto, entretanto, o período julho/junho ainda vigorou até o ano fiscal de 1890/91.

18. Para o exercício financeiro seguinte, some-se ainda a estas despesas o custeio relacionado à permanência do Juiz de Direito da Comarca de Casa Branca, o qual correu a expensas da Câmara. Em 28 de outubro de 1875, foi apresentado à Câmara uma relação de despesas realizada “*pelo vereador Antonio Gonçalves Vallim, com a estada do Dr. Juiz de Direito nesta Villa, na occazião do Jury, para que a Camara lhe mandasse pagar, na importância de 74\$700, o que ouvido pela Camara foi ordenado ao Procurador que fizesse esse pagamento e ordenado juntamente que se pagasse ao vereador Venancio José dos Reis a quantia de 5\$000 rs, do serviço de um escravo na occazião da aposentadoria nesta Villa do Dr. Juiz de Direito*”. CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas: 13-7-1874 a 10-6-1880*, p. 30. *Apud* CAMARGO (1974, p. 32).

Trata-se, portanto, de uma estrutura administrativa extremamente arcaica, prejudicada em demasia por um volume de recursos muito modesto, incapacitando-a, por conseguinte, para qualquer outro empreendimento mais significativo no campo das obras públicas ou mesmo em termos de manutenção de um mínimo de serviços públicos necessários à vida cidadina.

O recém-instalado município de Ribeirão Preto, com seus 5.552 habitantes, sendo 857 escravos e apenas 14 eleitores, ocupava ainda lugar extremamente singelo no contexto dos demais municípios paulistas.

Para os anos seguintes pudemos localizar um documento que nos permite determinar o total das receitas e despesas para os anos fiscais finais da década de 70: 1877/78, 1878/79 e 1879/80. Trata-se do Relatório da “Comissão Examinando o Livro de Receita, Rendas e Despesas, e os Documentos que Encontrarão”, de 24 de maio de 1880.

Segundo podemos depreender de tal relatório, em que pese suas lacunas e imprecisões, o total das receitas e despesas para os últimos anos da década de 1870 são os expostos na Tabela 2.

*TABELA 2 - RECEITA E DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO:
1877/78 A 1879/80- Valor em R\$*

Ano Fiscal	Receita	Despesa
1877/78	1:724\$720	1:129\$389
1878/79	2:158\$550	2:353\$161
1879/80	2:380\$900	1:574\$697

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.

Tais dados indicam uma taxa de crescimento da receita pública no período 1874/75 a 1879/80 de 125,89%, o que corresponde a uma taxa geométrica média anual de 17,70%, taxa de incremento muito semelhante à do período 1874/75 a 1877/78, que foi de 17,84%. Podemos identificar, portanto, para estes anos correspondentes à segunda metade da década de 70, um comportamento ascendente relativamente estável da receita pública, indicando a existência de uma estrutura tributária capaz de acompanhar o crescimento havido na economia nesse período. Comparativamente às receitas do Governo Central, a arrecadação de impostos no município de Ribeirão Preto ampliou-se de 0,0010% para 0,0020%, dobrando, portanto, sua participação relativa.

Infelizmente, não dispomos de dados referentes à década de 80. Por certo foi um período de expressivo crescimento das rendas públicas municipais, pois, com a chegada dos anos 90, o total arrecadado pelo município já havia sido multiplicado mais de 23 vezes, conquanto o quadro de carências em termos de infra-estrutura urbana básica permaneça, como demonstra a literatura referente à história de Ribeirão Preto.

Uma observação interessante relativamente à década de 80 refere-se à arrecadação de recursos para a construção do novo cemitério municipal. Uma característica relevante do sistema tributário municipal durante o período imperial e que permanece também após a chegada da República diz respeito à capacidade da Câmara Municipal em criar impostos.¹⁹ Tal fato patenteia-se, por exemplo, por ocasião da construção do novo cemitério da cidade, que se inicia a partir do final de 1886, tendo sido criado um imposto de 10 réis sobre cada arroba de café para financiar tal obra. Surge, nesse momento, uma discussão bastante elucidativa acerca da relação confusa ainda existente entre o poder público e a Igreja. Em resposta a consulta realizada pela Câmara de Ribeirão Preto a respeito de quem deveria gerir os recursos arrecadados com tal imposto, o Governo Provincial responde:

“Em offício de 3 do corrente mez consultam Vmcês si os dez reis de imposto sobre cada arroba de café exportado com applicação especial para a edificação do Cemitério público dessa Villa deve ser entregue ao Vigário para fazer essa applicação, ou si a Camara com esse imposto deve construir um Cemitério Municipal sob sua immediata fiscalisação, visto que o actual pertence a fabrica e ja não comporta o numero de cadaveres.

Declaro em resposta a Vmcês. que dispondo o § 17 do artigo 1º da Resolução nº 34 de 15 de Junho de 1885, que o imposto de dez reis por arroba de café que for exportado desse Município e de que trata o § 8º do artigo 108 da Resolução nº 48 de 6 de agosto de 1883, será applicado especialmente na edificação do Cemitério Público a essa

19. Esta ocorrência não se constitui propriamente em uma novidade na história das finanças públicas no Brasil, mas sim dá continuidade a uma prática já comum no período colonial. “*Alguns historiadores (Oliveira Martins, João Francisco Lisboa) chegam a sustentar a teoria do direito de iniciativa das municipalidades em questões de lançamento de impostos até a metade do século dezoito. Assim Felisbello Freire insiste que ‘o governo municipal era o criador dos impostos’. A origem prática (mas não legal) local da taxaçaõ parece ser um fato, e mesmo Viveiros de Castro, insistindo em que ‘o lançamento de um imposto dependia da autorização real’, tem de admitir que, praticamente, as administrações municipais ilegalmente usurpavam este direito com a tolerância dos representantes reais, que preferiam deixar a odiosidade dos impostos às autoridades locais.*” (NORMANO, 1975, p. 117)

Camara compete arrecadar e applicar na construção do referido Cemitério, podendo entretanto, Vmcês., se assim julgarem conveniente entender-se a respeito com o Vigário da Parochia.”

A resposta, conquanto favorável a que a Câmara administre tais recursos, abre ainda a possibilidade de repasse à Igreja, representando bem este momento anterior à laicidade assumida pelo Estado brasileiro a partir da República.

Passemos agora à análise de alguns dos orçamentos e balanços disponíveis para o município de Ribeirão Preto no período de nossa análise.

4. OS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Comparando-se os dados relativos ao exercício fiscal de 1890/91 com o período 1879/80 podemos ter uma idéia aproximada do evoluer das finanças públicas do município ao longo da década de 80. Neste interregno de 11 anos, as receitas públicas elevaram-se em 2.254,68%, uma média geométrica de 33,27% ao ano, o dobro daquela verificada na segunda metade da década de 70. Um outro indicador relevante do progresso da arrecadação tributária municipal nesse período é a proporção dessa receita no total da receita do Governo Central, a qual se amplia de 0,0020% em 1879/80 para 0,0245% em 1890/91, uma elevação, portanto, de 1.125%.

A rápida mudança observada na economia durante a década de 1880 - com o progresso significativo da economia cafeeira e o desenvolvimento particularmente intenso da região de Ribeirão Preto trouxe resultados extremamente positivos sobre as receitas públicas.

Em relação ao balanço²⁰ de 1890/91, cabe apontar que, apesar de no período acima analisado as despesas terem se elevado a uma taxa maior do que as receitas 35% em média ao ano -, verifica-se um superávit de R\$ 13:322\$751, equivalente

20. Para os anos até 1892, fizemos uso de balanços gerais, pois estas eram as únicas informações disponíveis, inexistindo orçamentos, como os utilizados a partir de 1898. Julgamos importante mesmo assim incluir o balanço de 1892 para podermos evidenciar com maior acuidade as mudanças ocorridas com a nova legislação tributária municipal de 1894. Para os anos seguintes analisados, as informações mais freqüentes e confiáveis referem-se a dados orçamentários, daí nossa preferência por estes. Apesar dessa mudança de fontes, não acreditamos que isto comprometa a análise subsequente, pois o intervalo de tempo existente entre esta mudança de fonte deve minimizar a eventual diferença existente entre os dados orçamentários e de balanço, e, de outra parte, não afeta em nada a análise dentro de cada subperíodo (1875-1892 e 1898-1913).

a 23,76% da receita. Esta, por sua vez, compõe-se majoritariamente do imposto do comércio e do imposto de indústria e profissão; quase 3/4 do total da receita provêm destes dois impostos. Se somarmos a estes o imposto predial referente ao ano fiscal em tela e aos dois anos anteriores teremos aí 87,24% do total da arrecadação do município. Nos itens subseqüentes, em ordem de importância, temos “impostos diversos”, multas e aferição. As demais rubricas correspondem a parcela muito diminuta do balanço.

Do lado da despesa pode-se sublinhar as participações de obras e iluminação pública, a porcentagem paga ao procurador e o dispêndio com a varíola. Tais itens respondem por mais de 2/3 do gasto total. Se agregarmos a folha salarial (14,48%), teremos, então, 81,55% do total gasto pelo município de Ribeirão Preto naquele ano.

Passemos ao exame do ano de 1892. Uma análise mais detalhada do padrão de receitas e despesas municipais no ano de 1892 pode nos fornecer algumas inferências interessantes da estrutura tributária vigente anteriormente à legislação de 1894.

TABELA 3 - BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO: 1892

RECEITA	Valor em R\$	% do Total
Arrecadado do imposto de Aferição	3:533\$915	5,80
Predial	5:154\$340	8,46
Comércio	36:391\$362	59,74
Espectáculos	2:375\$000	3,90
Tropa Solta	270\$000	0,44
Vehículos	2:780\$000	4,56
Carimbo	716\$000	1,18
Multas	1:973\$580	3,24
Indústria	1:846\$400	3,03
Imposto de 89 a 90	314\$000	0,52
Multas de 89 a 90	184\$000	0,30
Imposto de 90 a 91	817\$000	1,34
Multas de 90 a 91	420\$000	0,69
Multa de café	1:443\$560	2,37
Multa de arrematação	274\$500	0,45
Multa Estadual	131\$250	0,22
Multa Profissões	2:215\$000	3,64
Multa Caes	35\$000	0,06
Multa (?)	40\$000	0,07
TOTAL	60:914\$907	100,00

DESPEZA	Valor em R\$	% do Total
Dispendido pelas verbas		
Expediente e C. e Jury	518\$650	0,82
Instituição de Imposto	60\$000	0,10
Eventual	2:824\$052	4,47
Gratificação ao Secretário	199\$996	0,32
Ao fiscal	1:162\$633	1,84
Iluminação Pública	9:301\$740	14,73
Obras Públicas	28:769\$578	45,56
Meias Custas	1:796\$871	2,85
Desapropriação	3:005\$980	4,76
Limpeza Pública	2:568\$700	4,07
Limpeza da Cadea	325\$820	0,52
Porcentagem da multa ao fiscal	499\$405	0,79
Gratificação ao porteiro	280\$000	0,44
Porcentagem da multa do procurador	7:784\$449	12,33
Aferição	70\$000	0,11
Variolozos	1:273\$240	2,02
Ajudante do Fiscal	412\$304	0,65
Eleições	270\$000	0,43
Luz para Cadea	396\$200	0,63
Gratificação ao fiscal de Sertãozinho	198\$702	0,31
Excesso d'arrematação	26\$500	0,04
Arruador	50\$000	0,08
Deliberação 1º de Março	66\$668	0,11
Publicação do Expediente	717\$750	1,14
Socorros Públicos	561\$920	0,8
TOTAL	63:141\$158	100,00

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.

Relativamente ao ano anterior, as despesas cresceram 8,66% e as despesas 47,74%, fazendo com surgisse um déficit, nesse ano, de R\$ 2:226\$251, equivalente a 3,65% da receita.

Em relação à receita, denotamos, imediatamente, a expressiva participação no total das receitas municipais do imposto arrecadado sobre a atividade comercial. Quase 60% dos recursos com que podiam contar os administradores da cidade provinham da tributação sobre o comércio.²¹ Tal fato encontra-se intimamente relacionado ao contexto histórico do período que, por um lado, inibia a imposição de cobranças sobre a propriedade e concentrava os impostos mais produtivos nas mãos dos governos estadual e federal, e, por outro, já reservava a Ribeirão Preto papel destacado como centro comercial da Região, atraindo para as compras, já naqueles idos, pessoas das cidades circunvizinhas.

21. Muito provavelmente o imposto de indústria e profissões cobrado no ano anterior foi incorporado a este tributo.

A relutância em onerar diretamente os proprietários de imóveis patenteia-se pelo peso relativo modesto do imposto predial. Este tributo logrou apenas 8,46% do total da arrecadação, o equivalente a pouco mais de 5 contos de réis ou a menos de 1/7 do imposto de comércio, mantendo praticamente a mesma participação relativa observada no balanço anterior.

Na seqüência, segundo a importância no total arrecadado, figuram o imposto de aferição, cobrado majoritariamente sobre o setor comercial, o imposto sobre veículos e o imposto sobre espetáculos, respondendo por 5,80%, 4,56% e 3,90%, respectivamente. A arrecadação do imposto de aferição cresceu exatos 192,40%, fazendo com que sua participação no total tributado mais que dobrasse.

Cabe realçar particularmente, nestes anos iniciais da década de 90 do século passado, a participação considerável das multas - cobradas sob várias justificativas no conjunto das receitas municipais. Se somarmos as multas referentes aos anos tributários de 1889 a 1892 e cobradas neste último ano, e as multas cobradas sobre o café, de arrematação, estadual, de profissões e sobre cães teremos um total de R\$ 6:716\$890, correspondente a 11,03% da arrecadação total. Tal constatação parece indicar ser este um dos expedientes levados a efeito pelos responsáveis pela administração municipal para fazer crescer a receita num contexto de carência de recursos e de maiores demandas por infra-estrutura urbana que se fazem presentes naquele momento.²²

O reduzido percentual assumido pelo imposto cobrado sobre a indústria, 3,03%, denota uma importância muito restrita de tal atividade no contexto da economia ribeirão-pretana. A incipiente urbanização e a concorrência dos produtos industrializados vindos do exterior, da capital do Estado ou mesmo da capital da República deixavam pouco espaço à instalação de indústrias, uma vez que mesmo a proteção representada pelo custo do frete acabava por ser reduzida em virtude da penetração da ferrovia.

Por último, cabe notar as contribuições menos significativas dos impostos atrasados (referentes aos anos fiscais de 1890/91 e 1889/90), do imposto de carimbo e do imposto cobrado sobre a tropa solta, responsáveis por 1,34%, 0,52%, 1,18% e 0,44%, da arrecadação total do município, respectivamente.

22. Na legislação tributária exarada em 1894 constam várias referências a multas no caso de seu descumprimento, como, por exemplo, no artigo 15, o qual prevê uma multa de R\$ 50.000 para quem se recusar ou fornecer informação errada aos lançadores de impostos.

No que tange às despesas, cabe destaque aos gastos com as obras e iluminação pública, responsáveis por mais de 60% do total. O percentual elevado destinado às obras públicas mostra-se, contudo, contraditório com o quadro de carência em termos de infra-estrutura urbana verificado no município nesse período. A porcentagem sobre a arrecadação de multas paga ao Procurador e os dispêndios eventuais com desapropriação e limpeza pública somam mais 1/4 das despesas, restando aos demais itens, por conseguinte, percentuais muito diminutos.

Se examinarmos o período que vai de 1892 a 1900 como um todo iremos notar um crescimento expressivo das receitas públicas nesse período: 802,04%, correspondente a uma média anual geométrica de 31,64%. Tal elevação, em parte, encontra-se relacionado à inflação observada nos anos iniciais da República. À falta de um índice de preços confiável para deflacionar os valores aqui analisados e trabalhar com valores constantes²³ cabe-nos buscar algumas outras indicações que permitam aquilatar de forma mais adequada o ocorrido em termos reais com as finanças públicas de Ribeirão Preto nesse momento.

Assim, em parte da primeira metade da década de 1890 (1892-1895), o acréscimo verificado nos tributos foi de 418,41%, ou de 73,07% ao ano. Por certo, o processo de alta no nível geral de preços tem muito a ver com tal aumento. Todavia, não foi só isso, pois cabe lembrar que em meados da década de 90 o preço da saca de café em moeda nacional atingiu seu valor mais elevado, a média de preço pago em 1895 por cada saca de café exportada foi de 80,85 contos de réis. (Cf. LIMA, COSTA & LUNA, 1983, p. 56) Como a dependência da economia ribeirão-pretana era extremamente dependente da atividade cafeeira, é óbvio que os impactos positivos iriam se fazer presentes.

Um outro indicador importante diz respeito à relação entre os tributos municipais de Ribeirão Preto e a arrecadação do Governo Federal. Tal percentual, que era de 0,0268% em 1892, ascende a 0,1026% em 1895, uma elevação, portanto, de 282%.

Ao período correspondente à década final do século passado e anos iniciais do atual correspondeu, como sabemos, fortes oscilações nos preços, em decorrência da política inflacionária que caracterizou o encilhamento, nos anos iniciais da

23. Para uma crítica dos raros índices de preços existentes para o século XIX, veja-se IBGE (1990, p. 148-9).

República, e da política deflacionista de Joaquim Murinho na virada do século.²⁴ Todavia, infelizmente, não existe para este período qualquer índice de preços confiável, por meio do qual pudéssemos estabelecer uma base homogênea para os valores monetários. Daí, para obtermos um referencial mais consistente acerca da evolução das receitas tributárias do município de Ribeirão Preto, nossa opção recaiu sobre a comparação com a arrecadação da União, uma vez que ambas sofreram os mesmos percalços impostos pela variação no nível geral de preços. Tal comparação, como assinalado acima, revela um crescimento constante e bastante significativo desse indicador; as receitas do município de Ribeirão Preto relativamente ao Governo Central aumentaram 566% entre 1892 e 1900.

A segunda metade da década apresenta um desempenho mais modesto. Apesar do retrocesso havido no preço do café, as receitas públicas municipais crescem 74% no período ou 11,71% ao ano, em média. Tal deve ter ocorrido pelo aumento verificado, juntamente com a queda no preço, na quantidade produzida e vendida de café. Em 1900, as receitas municipais da cidade correspondiam a 0,1785% da União, ponto mais alto alcançado, sofrendo declínio nos anos posteriores.

No que toca à magnitude emprestada à arrecadação municipal, com seu enorme crescimento durante a década de 90 há que se ressaltar também as mudanças institucionais ocorridas com a Constituição Republicana, a qual promoveu uma definição um tanto mais clara das competências tributárias, ao menos em nível federal e estadual. Houve uma cessão maior de recursos para os Estados,²⁵ os quais, por sua vez, mediante legislação própria, trataram de definir os impostos e taxas passíveis de serem cobradas pelos municípios.

A estrutura tributária e de despesas posteriormente à reforma fiscal de meados da década de 90 pode ser ilustrada pelos dados do orçamento do ano de 1898, apresentado a seguir.

24 . Em relação a este período, veja-se FRANCO (1989).

25. Segundo Nozoe, a arrecadação de impostos por parte da Província/Estado de São Paulo evoluiu, durante os anos fiscais de 1888/9, 1889/90, 1890/91 e 1892, de 6.800 para 6.100, 9.100 e 38.100 contos de réis, respectivamente. (Cf. NOZOE, 1984, p. 18)

**TABELA 4 - ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO:
1898**

RECEITA	Valor em R\$ 1\$000	% do Total
Tabella A	24:446	6,68
Tabella B	71:059	19,42
Tabella C	15:000	4,10
Tabella H	5:802	1,59
Tabella I	5:152	1,41
	121:459	33,20
Predial 5% sobre valor locativo	45:991	12,57
Tabella D	13:910	3,80
Tabella E	7:241	1,98
Tabella F	72:116	19,71
Tabella G	16:148	4,41
Cemitério da cidade	5:715	1,56
Cemitério da V. Bonfim	671	0,18
Receita eventual	369	0,10
Saldo de arrematações	160	0,04
Multas diversas	5:993	1,64
Dívida Ativa	57:700	15,77
Matadouro da cidade - emolumentos	7:000	1,91
50% sobre Commercio de estrada (Lei nº 30)	2:600	0,71
Receita Adic. para o Hospital em virtude da Lei nº 29		
a) 3%	4:758	1,30
b) 5%	4:009	1,10
TOTAL	365:840	100,00

DESPEZA	Valor em R\$ 1\$000	Valor corrigido	% do Total
1) Obras públicas			
Conservação de Ruas e Corregos da cidade	36:000	15:600	3,49
Conservação de Ruas e Corregos da V. Bonfim	1:000		0,22
Câmara (mudança) - Adaptação do Predio	3:000		0,67
Cemitério da cidade	5:000		1,12
Cemitério da V. Bonfim	1:500		0,34
Matadouro da cidade	3:000		0,67
2) Higiene Pública	500		0,11
3) Iluminação Pública			
Contrato da cidade	37:736		8,45
Concerto da Cidade	1:200		0,27
Contrato de V. Bonfim	600		0,13
Concerto de V. Bonfim	100		0,02
4) Instrução pública			
Cidade (aluguel de casa)	3:600		0,81
Conservação e limpeza do Edifício	900		0,20
5) Luz para Câmara	364		0,08
6) Eventual			
na cidade	3:000		0,67
em V. Bonfim	150		0,03
7) Publicação de expediente	3:000		0,67
8) Expediente, Câmara e Eleições	2:350		0,53
9) Funcionários	12:900		2,89
10) Custos com a cobrança executiva	1:600		0,36
11) Reposição de imposto	500		0,11
12) Secretaria Municipal			
Diretoria	26:100	20:100	4,50
Fiscalização	10:800	7:800	1,75
Fiscalização de arrecadação	7:800		1,75
Cemitério da cidade	6:240	5:640	1,26
Cemitério de V. Bonfim	1:800	2:160	0,48
Limpeza Pública	40:920	35:880	8,03
Higiene Pública	4:200		0,94
Horto e Arborização	7:680	4:880	1,09
Hospital de Isolamento	1:800	1:440	0,32
13) Ajuda de custo ao delegado de polícia	3:600		0,81
14) Gratificação ao escrivão de polícia	2:400		0,54
15) Dívida Passiva	236:999		53,05
16) Auxílio ao Hospital	8:767		1,96
17) Arrendamento do prédio da Câmara	4:000		0,90
18) Móveis da Câmara	3:500		0,78
TOTAL	484:608	446:726	100,00

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.

Este é o primeiro ano no qual observamos uma redução no total da receita tributária em relação ao dado anterior disponível. Tal fato, por certo, encontra-se relacionado à crise atravessada pela economia cafeeira nesse momento, a qual se caracterizava por uma redução do preço internacional e do preço em moeda nacional do produto. Constatamos uma queda na receita de 9,01%, equivalente a 4,61% ao ano entre 1896 e 1898. Uma vez que as despesas, excluído o pagamento da dívida, contraíram-se em 50,95%, o superávit não financeiro verificado em 1898 atingiu a cifra de R\$ 156:113\$000, equivalente a 42,67% das receitas. Entretanto, a necessidade inscrita no orçamento, de pagar-se R\$ 236:999\$000 relativo à dívida passiva, fazia com que houvesse um diferencial desfavorável às receitas no total de R\$ 80:886\$000.

A leitura do orçamento acima sugere que os impostos mais importantes na composição do orçamento eram: tabela F, B, predial - com destaque para o crescimento da arrecadação deste último - tabela A, G e C, responsáveis por mais de 2/3 das receitas públicas.

Em termos globais, cabe sublinhar a enorme participação relativa da dívida passiva no orçamento de 1898: 53,05%. Visando fazer frente a tal volume de despesa comprometida com a dívida acumulada, houve cortes em relação ao orçamento original nas obras públicas relacionadas à conservação de ruas e córregos e na folha salarial.

O exame da primeira década do século como um todo vê-se prejudicada pelas variações muito bruscas ocorridas ao longo desses dez anos, tornando a análise ponta a ponta (1900-1910) de pouco significado. A única informação relevante no que toca a este período é a manutenção do ajuste nas contas públicas realizado a partir dos anos finais do século passado. À exceção do ano de 1904, os demais balanços e orçamentos aos quais tivemos acesso apresentam superávits em suas contas não financeiras. Como exemplo, apresentamos, subseqüentemente, o orçamento de receitas e despesas do ano de 1903 que se encontra disposto na Tabela 5.

**TABELA 5 - ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO:
EXERCÍCIO DE 1903**

RECEITA	Valor em R\$ 1\$000	% do total
Tabella A	70:000	13,44
B	76:200	14,63
C	1:000	0,19
D	18:000	3,45
E	12:000	2,30
F	72:000	13,82
G	18:000	3,45
H	3:000	0,57
I	5:000	0,96
Adicional	14:000	2,68
Predial 5% sobre o valor locativo	55:000	10,56
Água	50:000	9,60
Exgottos	20:000	3,84
Matadouro	28:000	5,37
Santa Casa:		
3% sobre a arrecadação de 300:000\$000	9:000	1,72
5% sobre a arrecadação de 72:000\$000	3:600	0,69
Por conta do contracto do mercado	1:200	0,23
Cemitério da Cidade	5:000	0,96
Cemitério de Villa Bonfim	1:000	0,19
Multas Diversas	1:000	0,19
Animaes recolhidos do curral municipal	1:000	0,19
Carteiras para cocheiros	50	0,01
Deposito obrigatorio do mercado	3:600	0,06
Eventuaes	1:000	0,19
Dívida Activa:		
Em poder do advogado	14:000	2,68
Liquidavel, que passa para 1903	38:144	
TOTAL	520:794	100,00

DESPEZA	Valor em R\$ 1\$000	% do Total
§ 1º Secretaria da Camara e Intendencia	12:600	2,41
§ 2º Expediente e eleições	8:000	1,53
§ 3º Aluguéis	3:360	0,64
§ 4º Procuradoria e thesouraria	12:600	2,41
§ 5º Instrução publica	27:960	5,36
§ 6º Socorros publicos	5:000	0,96
§ 7º Hygiene Municipal	18:340	3,52
§ 8º Cemiterios Municipaes	7:820	1,50
§ 9º Matadouro	3:840	0,73
§ 10º Serviço Forense	7:000	1,34
§ 11º Auxilio a policia	8:400	1,61
§ 12º Fiscalisação	14:400	2,76
§ 13º Illuminação publica	54:946	10,55
§ 14º Obras, aguas e exgottos		
Obras	71:900	13,80
Aguas	5:040	0,96
Exgottos	13:080	2,51
§ 15º Conserva de ruas	18:720	3,59
§ 16º Jardim publico	5:760	1,10
§ 17º Limpeza publica	21:960	4,21
§ 18º Auxiliu a construcção da matriz de Ribeirão Preto	6:000	1,15
§ 19º Divida Passiva	170:667	32,77
Eventuaes	6:000	1,15
Santa Casa	13:800	2,64
Mercado	3:600	0,69
TOTAL	520:793	100,00

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.

Relativamente ao ano anterior, os impostos e taxas apresentaram um declínio de 10,96%, simultaneamente a um aumento das despesas não financeiras de 6,09%, fazendo com que o superávit se reduzisse para R\$ 170:667\$000 (32,77% das receitas). Tal superávit corrente permitiria o equivalente da dívida passiva do município.

A redução nas receitas tributárias deve-se, primordialmente, à expressiva diminuição na taxa cobrada sobre o serviço de esgoto, a qual contraiu-se em mais de cem contos de réis, de R\$ 125:791\$800 em 1900 para R\$ 20:000\$000 em 1903.

Cabe anotar também a redução operada no imposto sobre o comércio (tabela B), o qual reduziu-se 11,82% entre os três anos, o que pode estar a indicar uma retração nos negócios devido à crise então vivida pela economia cafeeira em decorrência da queda do preço do café no mercado internacional e em moeda nacional. Nesse momento, a cidade já se constitui num centro comercial importante e qualquer modificação mais significativa na economia cafeeira a

afetava diretamente. Os pré-requisitos para a constituição de uma economia de forte base comercial estavam dados: um significativo excedente econômico propiciado pelo café e adequada localização geográfica, a qual tornava a cidade um pólo de compras e vendas da região mais ampla que a circundava.

Neste sentido, é esclarecedor o documento enviado pela Câmara Municipal de Sertãozinho, em 6 de maio de 1901, à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, solicitando a isenção do imposto sobre a aguardente no comércio mútuo entre as cidades.

*“A Camara Municipal desta Villa em sessão resolveu representar a essa Illustre Camara, attendendo: Pertenceram ambas a mesma Comarca;
Ser essa cidade um centro commercial, onde os negociantes desta Villa vão fazer compras em larga escala;
Enfim attendendo as relações que ha entre os dous povos que já pertenceram a um só município, a pedir portanto, que seja votada por essa a isenção de impostos de importação de aguardente deste município, prometendo esta tambem, de votar a isenção do mesmo imposto, sobre a aguardente importada desse município.”²⁶*

Em relação aos demais impostos e taxas mais importantes, cabe notar a relativa estabilidade das receitas provenientes das tabelas D (imposto de viação), E (imposto de estacionamento), G (serviços e comércio), imposto predial e taxa cobrada sobre a água. Houve aumentos significativos na arrecadação das tabelas A (imposto sobre capital) e F (imposto incidente sobre fumo, aguardente, café, cereais e toucinho). O conjunto dos impostos e taxas supramencionados respondeu, em 1903, por mais de 2/3 da arrecadação total do município de Ribeirão Preto.

Do lado das despesas, em que pese a manutenção da importância de alguns itens de despesa já tradicionais como obras públicas, água e esgoto (17,27%), iluminação (10,55%), limpeza pública (4,21%) e conservação de ruas (3,59%), saliente-se a presença significativa de “novos” dispêndios, até então bem pouco expressivos. É o caso dos gastos com instrução pública (5,36% da despesa total e 8,00% do dispêndio não financeiro), Santa Casa (2,64%) e “higiene pública” (3,52%).

26. A resposta da Câmara Municipal, a qual consta no mesmo documento, em seu corpo inferior, baseou-se no parecer da Comissão de Justiça, que, “compenetrada da justiça do presente requerimento devido a crise que está soffrendo a lavoura da Canna, é de parecer que seja diminuido o imposto de aguardente de qualquer procedencia a 3\$000 por pipa.”

Para o período corresponde à segunda metade da primeira década não nos foi possível encontrar, até o momento, qualquer orçamento ou balanço. O próximo conjunto de informações apresentadas corresponde ao orçamento municipal para o ano de 1910, mostrado a seguir.

TABELA 6 - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO: 1910

RECEITA	Valor em R\$ 1\$000	% do Total
Imposto Industria e Profissões	155:000	27,07
Predial	65:000	11,35
Viação	32:000	5,59
Cafeeiros	50:000	8,73
Vehículos	12:000	2,10
Ambulantes	12:000	2,10
Prestação de Passeios	25:000	4,37
Reserva de mercado	42:000	7,34
Dívida Activa	55:000	9,61
Eventuaes	10:000	1,75
Matadouro	40:000	6,99
Cemitério da cidade	6:500	1,14
Multas Diversas	5:500	0,96
Emolumentos	5:000	0,87
Contribuições	12:000	2,10
NO 2º DISTRICTO		
Indústria e Profissões	20:000	3,49
Predial	4:000	0,70
Cafeeiros	13:000	2,27
Vehículos	2:000	0,35
Ambulantes	2:000	0,35
Renda do Matadouro	2:500	0,44
Renda do Cemitério Emolumentos	1:200	0,21
Eventuaes	300	0,05
Emolumentos	500	0,09
TOTAL	572:500	100,00

DESPEZA	Valor em R\$	% do Total
Subsídio ao Prefeito	8:160	1,46
Expediente e Condução	1:800	0,32
Secretaria		
Secretário e Archivista	4:800	0,86
Porteiro	1:800	0,32
Expediente	2:420	0,43
Thesouraria		
Guarda Livros	4:800	0,86
Thesoureiro	5:400	0,97
Escripturário	3:240	0,58
Expediente	1:800	0,32
Mercado		
Administrador	3:600	0,65
Ajudante	1:800	0,32
Porteiro	1:800	0,32
Guarda noturno	1:800	0,32
Servente	720	0,13
Fiscalização		
Fiscaes	12	0,00
Matadouro		
Administrador	2:400	0,43
Operários	1:440	0,26
Lenha	500	0,09
Limpeza Pública		
Despesa	40:000	7,18
Cemitério		
Administrador	2:400	0,43
Cafeeiros	2:400	0,43
Chapas	400	0,07
Jardins		
Jardins e Arborização	13:000	2,33
Horto Municipal	1:800	0,32
Iluminação Pública	70:000	12,56
Ruas e Praças		
Consertos no (?) e Ruas	24:000	4,31
Limpeza de rios e escombros	6:000	1,08
Instrução		
Aluguel e concertos do Gynásio	4:000	0,72
Idem Escola do Barracão	960	0,17
Escola rural de Santa Amélia	1:800	0,32
Auxílio as escolas	5:000	0,90
Inspetoria	3:600	0,65
Obras públicas		
Concertos de pontes e estradas	28:000	5,03
Conservação de (?)	8:000	1,44
Auxílio		
À Soc. Beneficente de Rib. Preto	12:000	2,15
Instituto Pasteur	250	0,04
Dispensário Clemente Ferreira	250	0,04
Serviço Forense		
% ao Procurador e custeio de proc.	4:200	0,75
Meias Custas	20:000	3,59
Música		
Despesa	4:200	0,75
Hospital de Isolamento		
Zelador	1:200	0,22
Eventuaes	32:360	5,81
Dívida Consolidada		
Custeio	202:000	36,26

DESPEZA	Valor em R\$	% do Total
NO 2º DISTRICTO		
Sub Prefeitura	700	0,13
Empregados		
Fiscaes	270	0,05
Zelador	1:800	0,32
Matadouro	1:800	0,32
Iluminação Pública	3:500	0,63
Obras Públicas		
Matadouro	60	0,01
Cemitério	2:000	0,36
Conserto de ruas	5:400	0,97
Curral		
Casa para Guarda	3:000	0,54
Eventuaes		
Despesas	1:000	0,18
Limpeza Pública	1:500	0,27
TOTAL	557:142	100,00

Fonte: Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.

O orçamento de 1910 aponta para um crescimento das receitas tributárias da ordem de 9,93%, equivalente a 1,36% ao ano, em média, entre 1903 e 1910. Nesse ano as receitas do município de Ribeirão Preto corresponderam a 0,46% do total dos municípios brasileiros. Tal acréscimo de receitas, ainda que relativamente modesto, encontra-se relacionado ao melhor desempenho da economia cafeeira em virtude dos resultados favoráveis do Convênio de Taubaté. Conquanto o desempenho do imposto cobrado sobre o café não tenha evoluído de forma mais significativa, os impactos positivos da melhoria ocorrida no setor exportador fizeram-se sentir na arrecadação superior planejada para o ano de 1910 e posteriores.

Uma vez que as despesas não financeiras se ampliaram apenas 1,43% no mesmo período (0,20% ao ano), houve um aumento do superávit relativamente ao ano de 1903. Em 1910, a contraposição entre as receitas e despesas não financeiras deveria apresentar um resultado favorável àquela de R\$ 217:358\$000, correspondente a mais de 1/3 das receitas não financeiras.

Tal valor deveria permitir saldar uma parte da dívida consolidada no valor de R\$ 202:000\$000. Tal arranjo, contudo, não pareceu satisfatório para a Câmara Municipal, a qual vai autorizar o prefeito a contrair um empréstimo de longo prazo para a consolidação das dívidas do Município, e, à medida que este se realize, propõe uma realocação dos gastos visando atender certos itens imprescindíveis pouco agraciados na formulação original do orçamento. O texto do parecer da Comissão de Finanças da Câmara encontra-se reproduzido subseqüentemente.

“A Comissão de finanças abaixo assignada, tendo estudado acuradamente o estado financeiro da Camara verificou a impossibilidade de equilibrar a receita com a despeza no fucturo

exercício em virtude da enorme dívida fluctuante accusada pelo Sr. Luiz Baptista Junior quando assumio o exercício da Prefeitura e propoz á Camara a resolução, constante da Lei numero 151, de 29 de novembro proximo passado que autoriza a Prefeitura a contrahir um empréstimo a prazo largo, a fim de consolidar todas as dívidas da municipalidade, e como este empréstimo está em vias de realização, resolveu também a comissão apresentar a consideração da Camara de accordo com o Sr. Prefeito Municipal um substitutivo ao projecto de orçamento retirando delle a dívida fluctuante alli mencionada, para dar logar a outras verbas indispensáveis, não só a conservação de obras, edificios municipaes, como a outros melhoramentos inadiáveis, visto como o dívida fluctuante tem de ser paga com o producto do referido empréstimo.”

Os dados acima compulsados indicam, no que toca às receitas, a participação expressiva do imposto de indústria e profissões, responsável, isoladamente, por mais de 30% das disponibilidades do Município. Este porcentual coloca tal imposto como o mais importante. Tal imposto teve seu valor ampliado, em termos nominais, em 64,54% entre 1903 e 1910, período de relativa estabilidade de preços, ensejando ilações consistentes acerca do aumento da importância das atividades de serviço e manufaturas urbanas no período, uma vez que tal imposto incide, fundamentalmente, sobre estes setores da economia.

Os demais impostos tradicionalmente cobrados desde finais do século anterior (predial, viação, cafeeiros, veículos e ambulantes) respondem, conjuntamente, por mais de 1/3 da arrecadação total. Há que se destacar a criação de dois novos impostos: “prestação de passeios” e “reserva de mercado” e a participação não desprezível das taxas cobradas sobre o cemitério municipal e o matadouro público, notadamente no caso deste último.

Com relação às despesas, mantém-se a característica principal observada pelo orçamento nos anos anteriormente analisados, que denotam um comprometimento majoritário com os itens referentes ao pagamento de salários, limpeza pública, iluminação, conservação de ruas e praças e obras públicas, responsáveis, respectivamente, por 10,85%, 7,45%, 12,56%, 5,28% e 6,84% do total do orçamento; 42,98% no conjunto, incluídos os gastos com a dívida consolidada, ou 67,43% das despesas não financeiras.

Relativamente ao ano de 1910, a receita tributária prevista pelo orçamento de 1913 cresceu 17,58%, ou 5,55% ao ano, em média. Tal receita prognosticada, quando confrontada com a arrecadação efetiva do total dos municípios no mesmo ano, mostra uma participação de 0,65% da cidade de Ribeirão Preto, aumentando tal participação mais de 40% em três anos.

No mesmo período, a despesa planejada evoluiu 14,20%, equivalente a uma média geométrica anual de 4,53%. Desta forma, previu-se, para 1913, um superávit orçamentário de R\$ 206:931\$000, excluindo-se as operações relacionadas à dívida do município. Este superávit permitiria saldar R\$ 204:121\$000 da dívida flutuante e consolidada. Assim, também neste ano, temos um comprometimento expressivo do orçamento total com débitos contraídos em períodos pretéritos: 31,47%.

A tabela de receita de 1913 revela a manutenção de uma tendência já observada nos anos anteriores: o aumento do quinhão reservado aos impostos de indústria e profissões e predial. Estes dois tributos deveriam responder por quase metade da arrecadação total (46,78%). Agregando-se os três outros impostos mais importantes - viação urbana, cafeeiros e viação rural - teremos 70,37% do total das rendas do município.

A cobrança do imposto de viação rural passa a ser feita a partir de 1912, em face da aprovação do projeto de viação, baseado no artigo 218 do código de Posturas da câmara, o qual prescreve que a conservação de estradas e caminhos é de obrigação da municipalidade.

Outra tendência mantida relativamente aos anos anteriores é a maior participação das rendas propiciadas pelos matadouros, mercado e cemitérios públicos municipais. O oferecimento dos três serviços deveria render aos cofres públicos, em 1913, R\$ 102:500\$000, ou 16,73% da receita total.

Portanto, as demais rubricas responsabilizar-se-iam por apenas 12,90% do total arrecadado, mostrando a concentração da carga tributária municipal em número reduzido de impostos e taxas.

No que tange às despesas, cabe, de imediato, anotar a reduzida importância assumida pelas obras públicas no orçamento. Este item, que em anos anteriores correspondia a uma das parcelas mais significativas do gasto público municipal, viu-se restrito a 5,87%. Simultaneamente, ascenderam os dispêndios relacionados à “manutenção” da infra-estrutura urbana. Assim, excluídos os pagamentos do funcionalismo, os itens mais importantes de gastos relacionam-se à iluminação

pública (16,61% do orçamento total), limpeza (5,96%), limpeza e reparos de ruas e córregos (5,39%), abertura e concertos de estradas de rodagem (3,39%) e jardins e arborização (3,16%).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro geral apresentado pelas receitas e despesas, portanto, revela, a par de uma complexidade e diversidade cada vez maior dos orçamentos e balanços no que tange às despesas, uma concentração das receitas em um número reduzido de rubricas, demonstrando, na realidade, o quadro restrito em que o município podia financiar os seus gastos. Tal fato obrigava-o, com freqüência, a fazer uso do endividamento como estratégia para fazer frente a certas despesas indispensáveis.

Tal “solução”, no entanto, implicava o comprometimento dos orçamentos subseqüentes, compelindo os administradores municipais a implementarem, nos anos seguintes, ajustes muito fortes do lado da despesa não financeira, prejudicando sobremaneira o atendimento de necessidades fundamentais da coletividade, notadamente no caso da infra-estrutura urbana e dispêndios sociais.

Nesse período, várias condições mínimas para o funcionamento das atividades públicas municipais viam-se inatendidas ante a ausência de recursos. A carência de recursos para a municipalidade era tão significativa que antes do início da década de 90 ainda não havia sido calçada nenhuma rua da cidade, apesar de propostas concretas terem sido encaminhadas desde, pelo menos, 1887.²⁷ Uma vez adiada a discussão, ela só foi retomada no ano seguinte com nova proposta sendo discutida e aprovada. No entanto, o contrato com o empreiteiro encarregado da obra só seria firmado depois da proclamação da República, restringindo-se às ruas centrais da cidade, conforme constam das Atas da Câmara Municipal.

27. Na sessão de 3 de agosto de 1887 foi apresentado o seguinte projeto: “Do canto do largo da Matriz à rua Amador Bueno o terreno será perfeitamente nivelado. Da rua Amador Bueno até a rua Saldanha Marinho a rua terá um plano inclinado de meio por cento e dahi até o aterro um outro plano inclinado de um e meio por cento. O calçamento será feito por machadame, tendo seis metros de leito, sargetas de cada lado feitas de pedra macetada com um metro de largura. Da rua Saldanha Marinho até a ponte, correrá um paredão de cada lado de tres metros de altura dous de largo para sustentação do aterro e um metro de alicerce. Nos logares que serão cortados pelas ruas o calçamento será feito de pedra.” CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Atas: 8-9-1886 a 27-10-1896*, p. 25. Apud CAMARGO (1974, p. 17).

“Por falta de recursos orçamentários qualquer das ruas de Ribeirão Preto até o ano de 1889 não estavam calçadas ou mesmo macadamizadas. Por sugestão do secretário da Câmara Salviano Rodrigues de Carvalho um empreiteiro foi contratado para fazer o apedregulhamento das ruas da urbe no dia 14 de dezembro de 1889.”(CAMARGO, 1974, p. 18)

A situação no que tange às condições sanitárias do município não se mostravam mais satisfatória. Embora sem precisar com maior cuidado os anos a que se refere, Prisco da Cruz Prates anota que:

“antes do alvorecer do século presente, Ribeirão Preto era uma cidadezinha tão obscura que nem sequer o seu nome era citado nas escolas primárias. Contam as pessoas antigas, que acompanharam a ascensão progressiva de nossa terra, que uma enorme área de terreno entre a atual Praça Schmidt, até as imediações onde se achava o mercado que fora devorado pelo fogo, era um mortífero pantanal, que após as chuvas ficava completamente interditada à passagem de qualquer veículo, e quem tivesse a desventura de residir naquelas adjacências, estava sujeito as sezões e as maleitas, cujo obituário produzido por essas enfermidades, era simplesmente assustador.”(PRATES, 1956, p. 13)

Referindo-se ao mesmo período e a uma região central da cidade, “a rua Visconde do Rio Branco, outrora apelidada de rua do Sapo” e a atual avenida Francisco Junqueira, o mesmo autor apresenta o seguinte quadro desolador: “toda essa parte do quarteirão, bem como os demais adjacentes, não passava de um grande charco onde haviam sapos e mosquitos em profusão. A luz por aqueles lados era deficientíssima, e quando chovia, ninguém se atrevia a passar naquelas proximidades.”(PRATES, 1971, p. 14)

Por fim, mesmo nos anos iniciais do século XX, e apesar do significativo crescimento das receitas, como vimos anteriormente, as condições das vias públicas mostravam-se bastante insatisfatórias.

“Até 1901, além de ainda não beneficiada com calçamento de qualquer espécie, a cidade não era arborizada e não possuía uma só praça ajardinada. Apenas havia início de arborização, desordenada, aliás, em poucas ruas, e velhas árvores destacadas aqui e acolá, na Praça 15, restos de primitivas plantações feitas sem os cuidados reclamados, predominando a ‘astrapeia’, planta americana de folhas largas, recortadas em lanças, de grandes ramagens, de flores rosadas, desgraciosas, sempre carregadas de frutos parecidos com figos...”

As ruas eram intransitáveis. Raras são as beneficiadas com simples abaulamento. Passeios feitos sem observância de regras, destacados, em frente de uma ou de outra casa, ora muito largos, ora muito estreitos, em diversas alturas, de tijolos, de grandes lajes de pedra e, raros, de cimento.

Nos dias de chuva a cidade se transformava em imenso lamaçal, obrigando os transeuntes ao uso de botas de cano alto. Nos dias de sol a terra das ruas tornava-se em poeira finíssima, em camadas formidáveis, e ao menor pé-de-vento ou à passagem de pesados carros-de-bois ou de simples carros-de-praça, levantava-se em nuvens pavorosas, pavorosamente vermelhas...

A Praça 15 de Novembro - o coração da cidade - era desoladora. No centro erguiam-se a velha Matriz, em ruínas, já sem as torres, e o Teatro Carlos Gomes - o edifício mais vistoso da época sempre reclamando limpeza e conserto dos vidros constantemente quebrados pela molecada irrequieta (...) Ao lado casas antigas, velhos, inestéticos pardieiros. Nem sombra de calçamento...

Apenas um jardim público existia então - o 'Horto Municipal', pomposo apenas no nome.' (CIONE, 1989, v. I, p. 125-6)

As obras encaminhadas pelo padre Euclides Carneiro e pela comunidade lusitana de Ribeirão Preto por meio da criação do Hospital da Beneficência Portuguesa nos anos circundantes ao início do século fornecem-nos nítidos indícios acerca da deficiência da intervenção pública na área social. Atividades como o atendimento médico e asilos para idosos eram deixadas à filantropia privada, marcando um posicionamento displicente das autoridades municipais em relação à política social como um todo no período estudado e não apenas um fenômeno episódico. Em contraste com o observado em períodos subseqüentes, a responsabilidade pública na oferta de certos serviços sociais mostra-se, nas décadas finais do século passado e primeiros anos deste, bastante restrita. É sintomático a este respeito a ausência quase total de manifestações de personalidades públicas em sentido diverso, ou seja, nem mesmo no âmbito retórico tal preocupação se manifestava.

Uma boa amostra da assertiva supracitada podemos obtê-la mediante a constatação da ausência de atendimento às pessoas portadoras de hanseníase em todo o interior paulista, registrando-se, já na segunda metade da década de 10, um único leprosário na capital do Estado, um dos mais ricos da Federação.

“Apesar de Ribeirão Preto já ser no ano de 1918 uma cidade importante e já possuir um cartaz quase igual ao presente, mesmo assim ainda havia muitos contrastes, que talvez existissem noutras

idades interioranas originados pela absoluta falta de assistência, aos hansenianos, cujas colônias para os seus internamentos, somente alguns lustros depois, que foram fundadas. O nosso Estado como líder que sempre fôra das organizações assistenciais, iniciava as primeiras providências para as edificações dos leprosários agora existentes. Na ocasião havia no Estado apenas o Leprosário Santo Ângelo da capital, que se achava sempre abarrotado de doentes. Por isso era comum quase diariamente a presença de morféticos, que montados em esqueléticos animais e outros à pé, vagueavam acompanhados de mulheres e crianças indo às casas comerciais e nas residências solicitar óbulos.”(PRATES, 1971, p. 182)

Tal fato resulta tanto do contexto ideológico do período - o qual reservava reduzido espaço à atuação estatal nesses setores e às reivindicações da população nessa direção, convencida de que suas necessidades far-se-ão atendidas pela caridade ou simplesmente permaneceriam irrealizadas - quanto da carência de recursos públicos para fazer face a tais dispêndios, os quais quotidianamente poderiam comprometer parcela expressiva do orçamento total e, em épocas críticas, fazerem-se extremamente elevados.

Assim, apesar de toda a retórica descentralizadora que caracteriza o início do período republicano, a qual pode ter beneficiado os Estados, ampliando sua capacidade financeira, isto, por certo, não ocorreu no caso dos municípios.

A ampliação das receitas públicas municipais de Ribeirão Preto no período delimitado neste trabalho - que cresce, em termos nominais, 985% -, conquanto possa ser considerada significativa, mostrou-se incapaz de fazer frente às despesas necessárias para prover a infra-estrutura urbana necessária e, mais importante, deve ser atribuída muito mais ao dinamismo econômico do município e da região em particular do que a um ambiente institucional favorecedor de maior descentralização de poder e de recursos em nível municipal.

Embora a influência da estrutura de poder local pudesse desempenhar um papel importante em criar obstáculos para uma ação mais eficiente dos órgãos arrecadadores, conforme atestamos no caso da cobrança do imposto sobre o café, não resta dúvida, tendo em vista o exposto acima, que o fator mais importante para a carência de recursos da municipalidade encontrava-se relacionado à pequena margem de manobra com que podiam contar os municípios em vista do quadro legislativo consolidado nesse período, que atribuía às cidades posição nitidamente secundária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, José Benedito dos Santos. *Aspectos históricos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1974.
- CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. 2ª ed. Ribeirão Preto: Imag, 1990. 3 v.
- CONTI, Mário V. B. *Cem anos de Ribeirão Preto: publicação dedicada ao 1º centenário da cidade de Ribeirão Preto - Estado de São Paulo*. São Paulo: Conte, 1956.
- DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 11-30.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª edição revista e atualizada do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1948.
- LIMA, José Luiz, COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil*. São Paulo: IPE, 1983. v. 1.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Arquivo do Estado, 1981.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- NORMANO, João Frederico. *Evolução econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, Brasília: INL, 1975.
- NOZOE, Nelson Hideiki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização - estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE, 1984.
- ONODY, Oliver. Histórico do imposto de exportação no Brasil. *Revista de História da Economia Brasileira*. Ano I, n. 1, p. 51-64, jun./1953.
- PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora*. 3ª ed. Ribeirão Preto: Bandeirante, 1971.
- _____. *Relembrando o passado*. 3ª ed. Ribeirão Preto: União, 1980.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SCANTIMBURGO, João de. *Café e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. A Região Administrativa de Ribeirão Preto. *In: SÃO PAULO (ESTADO), São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Seade, 1992, v. 7, p. 157-97.

(Recebido em maio de 1996. Aceito para publicação em novembro de 1997).